

SIMULADO 01:

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ



PMPA 2021

**OFICIAL
PM /
TENENTE**

**60 QUESTÕES
PROPOSTA DE REDAÇÃO
GABARITO REVISADO**

**TEMPO:
04H30**

"A DISCIPLINA
VAI DEFINIR
ONDE VOCÊ VAI
CHEGAR"

POR: SIMULADOSBR



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Questões de 1 a 05

Texto I – Questão 01

Servidor tem descontos em academias e instituições de ensino

- 1 A partir de uma rede de convênios com instituições de ensino e academias, o governo do Pará viabiliza para o servidor e os dependentes, como filhos e esposa, descontos de 10% a 50% em todo o estado. A ação faz parte do Programa de Valorização do Servidor e da Saúde e Segurança Ocupacional, coordenado pela Diretoria de Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado de Administração (SEAD). O objetivo é facilitar o acesso dos funcionários a serviços que colaboram para a melhoria da qualidade de vida.

Disponível em: <<http://sead.pa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2019, com adaptações.

01. Com base nas informações do texto, assinale a alternativa correta.

- A Os convênios estabelecidos entre o governo do Pará e as instituições de ensino e academias tornam viáveis ao servidor e aos dependentes descontos acima de 10%, desde que não ultrapassem o limite de 50%.
- B Para usufruírem dos descontos oferecidos, filhos e esposas dependem de que os servidores estejam participando de uma atividade em instituição de ensino ou academia.
- C Como o interesse principal do autor é avaliar a importância da ação realizada pelo governo do Pará, o texto está organizado em torno da relação entre opinião e argumentos.
- D A exclusão do último período comprometeria a intenção principal do texto, pois seria omitida ao leitor uma informação essencial para que ele possa compreender a ideia expressa pelo título.
- E Em conformidade com o texto, conclui-se que os serviços prestados pelas instituições de ensino e pelas academias que fazem parte da rede de convênios colaboram para a melhoria da qualidade de vida.

02. A alternativa correta quanto à concordância verbal e nominal é

- A É uma hora da tarde agora.
- B Indicamos uma laranja e meio pela manhã.
- C Enquanto houverem pacientes, trabalharemos.
- D Vende-se medicamentos na farmácia do outro lado da rua.
- E A partir de dez horas, esperamos vocês presente no consultório.

03. Considere as formas “a, à, há” e assinale a alternativa em que essas formas foram utilizadas segundo a variedade culta da língua portuguesa.

- A Ele chegou à meia-noite e já começou à rever os documentos do processo.
- B Há muitas crianças no Brasil que necessitam de nossa ajuda.
- C Daqui há duas horas, iremos começar os exames de saúde de todos os presentes.
- D Prenderam o suspeito que estava sendo procurado pela justiça a anos.
- E Compramos o lote a vista na imobiliária.

04. Indique a alternativa que apresenta análise errada da oração em grifo:

- A A concretização dos negócios seria garantida se o Brasil participasse de acordos internacionais de investimento. [subordinada adverbial condicional]
- B A conta de comércio melhorou em 2009, com a recessão, mas o investimento direto diminuiu. [coordenada adversativa]
- C Pode ser chamado de gratuito o horário eleitoral que custa R\$ 851 milhões ao Estado? [subordinada adjetiva restritiva]
- D O estudo realizado em 1993 na Amazônia tem pouca abrangência por ter sido feito com apenas 30 pessoas. [subordinada adverbial causal reduzida de infinitivo]
- E Alegou não terem ocorrido os pressupostos da onerosidade excessiva uma vez que a avença foi firmada numa época de estabilidade do real. [subordinada adverbial comparativa]

05. Acerca do princípio da impessoalidade, que deve nortear a redação de uma correspondência oficial, assinale a opção correta.

- A A redação oficial deve ser isenta da interferência subjetiva daquele que elabora a comunicação.
- B O emprego adequado dos pronomes de tratamento é uma característica que atende mais à exigência de impessoalidade que à de formalidade de um texto oficial.
- C Caso haja, junto com o nome do cargo, a assinatura da pessoa que expede determinada correspondência, o princípio da impessoalidade terá sido violado.
- D Dada a impessoalidade do expediente oficial, é imprescindível que seu destinatário seja o público em geral, um órgão público, ou pessoa que ocupe cargo público.
- E O registro de impressões pessoais no texto de uma correspondência oficial é situação usual em

expedientes entre pessoas que ocupam cargos de mesma hierarquia.

Direitos Humanos

Questões de 06 a 10

06. Sobre o Conselho Nacional de Direitos Humanos (“CNDH”), assinale a alternativa correta.

A Não compete ao CNDH articular-se com órgãos municipais encarregados da proteção e defesa dos direitos humanos.

B A defesa dos direitos humanos pelo CNDH depende de provocação das pessoas ou das coletividades ofendidas.

C Incumbe ao CNDH velar pelo respeito aos direitos humanos por parte dos poderes públicos, dos serviços de relevância pública e inclusive dos particulares.

D Os direitos humanos sob a proteção do CNDH não incluem aqueles assegurados nos tratados e atos internacionais celebrados pelo Brasil.

E A censura pública não constitui uma sanção a ser aplicada pelo CNDH.

07. Com referência ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, levando em consideração inclusive orientações do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

A A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judicial autônoma cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana, exercendo exclusivamente funções contenciosas.

B A Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem apenas competências políticas, entre as quais se destacam a realização de visitas in loco e a preparação de relatórios sobre a situação dos direitos humanos nos Estados membros.

C A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no exercício de seu poder de resolução de casos contenciosos, atende petições formuladas pelos Estados Partes, por indivíduos ou organizações.

D O mecanismo de supervisão de sentenças condenatórias é da competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

E As sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos são vinculantes, definitivas e inapeláveis.

08. No que se refere à proteção internacional dos direitos humanos, que é constituída por mecanismos unilaterais e coletivos da responsabilidade internacional do Estado, assinale a opção correta.

A No sistema extraconvencional, a responsabilização do Estado por violação de direitos humanos inicia-se por petições de Estados e por petições de particulares.

B O princípio informador do sistema de relatórios, principal mecanismo não contencioso, é o da reciprocidade, pelo qual se atribui obrigação internacional de respeito aos direitos humanos.

C A actio popularis ou actio publica refere-se à possibilidade de qualquer Estado acionar, para a proteção de interesses considerados essenciais pela comunidade internacional, Estado infrator.

D No mecanismo unilateral, o Estado obedece, na análise da responsabilidade internacional de outro Estado por violações de direitos humanos, a formas determinadas nos tratados internacionais.

E Compete à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos apresentar relatórios periódicos para a apuração da responsabilidade dos Estados-membros em relação aos direitos sociais.

09. Sobre a ética na aplicação da lei, marque a assertiva CORRETA:

A Algumas táticas utilizadas pela polícia podem estar em desacordo com a lei.

B A aplicação da lei deve estar em conformidade com os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade.

C Os policiais, diferentemente dos médicos, não necessitam de condutas éticas.

D Envolvimento em grande escala de policiais com corrupção, tortura, racismo não são casos de desvios éticos e sim de apenas práticas criminosas.

E Algumas práticas da aplicação da lei não necessitam estar fundamentadas em lei.

10. A violação dos Direitos Humanos, por parte de forças policiais, tem como consequência nefasta o (a)

A aumento da obediência da população.

B diminuição da confiança da população nessas forças.

C aproximação entre polícia e comunidade.

D liberação de inocentes e a punição de culpados.

E atendimento qualitativo à vítima, cuja demanda é respondida com mais eficiência.

Legislação Institucional

Questões de 11 a 15

11. De acordo com a Lei Estadual nº 6.833/2006, assinale a única alternativa correta:

A A violação dos deveres éticos dos policiais militares, acarretará somente a responsabilidade administrativa.

B A violação dos deveres éticos dos policiais militares, acarretará a responsabilidade administrativa, independente da penal e da civil.

C A violação dos deveres éticos dos policiais militares, acarretará somente a responsabilidade administrativa e civil.

D A violação dos deveres éticos dos policiais militares, acarretará somente a responsabilidade penal e civil.

E A violação dos deveres éticos dos policiais militares, acarreta somente a responsabilidade penal.

12. Conforme o Estatuto da Polícia Militar do Estado do Pará, dentre outras situações, a exclusão a bem da disciplina será aplicada, ex-officio, ao aspirante-a-oficial PM ou às praças com estabilidade assegurada, quando sobre os quais houver pronunciado tal sentença o Conselho Permanente de Justiça, por haverem sido condenados em sentença transitada em julgado por aquele Conselho ou Tribunal Civil, nos crimes previstos na legislação concernente à segurança do Estado à pena de qualquer duração ou à pena restritiva da liberdade individual superior a

- A dois anos.
- B um ano.
- C três anos.
- D cinco anos.
- E quatro anos.

13. De acordo com a Lei Estadual nº 5.251/1985, a pena disciplinar de detenção ou prisão não pode ultrapassar

- A vinte dias.
- B sessenta dias.
- C quarenta dias.
- D quinze dias.
- E trinta dias.

14. Levando em consideração a Lei Estadual 5.251/1985, a licença para tratamento de interesse particular é a autorização para afastamento total do serviço, concedida ao policial militar que contar mais de _____ anos de efetivo serviço e que a requerer com essa finalidade. A alternativa que completa corretamente a lacuna anterior é

- A 2.
- B 3.
- C 5.
- D 10.
- E 15.

15. Qual das graduações abaixo é superior hierarquicamente às demais?

- A 1º Sargento PM
- B 3º Sargento PM
- C Subtenente

D Soldado

E Cabo

Direito Constitucional

Questões de 16 a 20

16. No que se refere ao art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A Aplica-se aos brasileiros e não se aplica aos estrangeiros.
- B Trata dos direitos sociais do trabalhador.
- C Assegura às empresas brasileiras vantagens competitivas.
- D Organiza a administração do Estado.
- E Trata dos direitos e dos deveres individuais e coletivos.

17. Acerca de direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A Uma vez naturalizada brasileira, a pessoa não mais perde a nacionalidade.
- B Considera-se brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade, casado com brasileiro nato por mais de cinco anos.
- C Considere que Joana, cidadã brasileira, casada com Ricardo, cidadão espanhol, ocupe posto diplomático brasileiro na China, quando Marcelo, filho do casal, nascer. Nessa situação, Marcelo será considerado brasileiro nato.
- D Brasileiro naturalizado, podendo vir a ser considerado brasileiro nato se residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, depois de atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- E O estrangeiro condenado por autoridades estrangeiras pela prática de crime político poderá ser extraditado do Brasil se houver reciprocidade do país solicitante.

18. A respeito dos poderes Executivo e Legislativo, assinale a alternativa correta.

- A O presidente da República ou o vice-presidente que se ausentar do país por vinte dias, sem licença do Congresso Nacional, não estará sujeito à perda do mandato.
- B A competência para nomear os ministros de Estado é do presidente da República, mas a de exonerar compete ao procurador-geral da República.
- C Uma medida provisória não poderá ser revogada por outra.
- D O Tribunal de Contas da União detém a competência para a iniciativa de lei que trate sobre sua lei orgânica, suas atribuições, competências, cargos e servidores

E A iniciativa de lei do presidente da República será exercida perante o Senado Federal.

19. Assinale a alternativa que apresenta uma garantia do membro do Ministério Público, conforme expresso na Constituição Federal de 1988.

- A Exercício da advocacia após dois anos da posse.
- B Vitaliciedade após dois anos de exercício.
- C Exercício da atividade político-partidária, se indicado pelo governo.
- D Redutibilidade de salário, por determinação do Conselho Superior do Ministério Público.
- E Vitaliciedade após 3 anos de exercício.

20. Com relação à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa correta.

- A O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa e a declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- B A apuração de infrações penais cometidas contra os interesses de empresa pública federal insere-se no âmbito de atribuição da Polícia Federal.
- C O estado de defesa poderá ser decretado por prazo indeterminado na hipótese de gravíssimo comprometimento da ordem pública.
- D O estado de sítio é medida mais branda de defesa do Estado e das instituições democráticas e, diferentemente do estado de defesa, não exige autorização prévia do Congresso Nacional para que possa ser decretado pelo presidente da República.
- E O decreto que instituir o estado de defesa pode indicar, como medida coercitiva, a busca e apreensão em domicílio.

Direito Administrativo

Questões de 21 a 25

21. No contrato administrativo, prevalece o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, o que permite a existência de cláusulas ditas exorbitantes. No que se refere à exigência de garantia, assinale a alternativa correta.

- A Exclusivamente à Administração compete determinar a forma de pagamento da garantia.
- B A Administração poderá decidir pela cobrança da garantia em qualquer fase do procedimento licitatório.

C A exigência de garantia, se não prevista em edital ou carta-convite, não poderá ser cobrada do adjudicado.

D Se a Administração não determinar, no instrumento convocatório, a forma de pagamento da garantia, o contratado somente poderá pagá-la na modalidade caução em dinheiro.

E As alíquotas de pagamento da garantia variam entre 5% e 20%, dependendo do objeto do contrato.

22. A respeito da Responsabilidade Civil do Estado, prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, quanto à teoria, em regra, é adotada atualmente no Brasil, assinale a alternativa correta.

A Teoria da responsabilidade subjetiva para todas as hipóteses existentes.

B Teoria do risco administrativo, sem causas excludentes, para os danos nucleares e ambientais.

C Teoria do risco administrativo que reconhece uma única hipótese de excludente de responsabilidade, ou seja, quando houver culpa exclusiva da vítima.

D Teoria do risco integral, quando o serviço atrasou ou funcionou mal.

E Teoria do risco administrativo que admite duas hipóteses de excludente de responsabilidade, ou seja, quando houver culpa exclusiva da vítima e caso de força maior ou caso fortuito.

23. Quanto aos elementos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

A Competência representa a habilidade técnica e o zelo com que se pratica o ato administrativo.

B Motivo é o resultado que se pretende alcançar com a prática do ato.

C Forma é a materialização de como o ato se apresenta, que, em regra, deve ser escrito e motivado.

D Objeto é a justificativa, por escrito, que ampara a existência do ato praticado.

E Finalidade trata do poder conferido a determinados agentes públicos para a prática do ato.

24. De modo geral, o Poder de Polícia é a atividade da Administração Pública de restringir ou condicionar o exercício de direitos individuais (liberdade e propriedade) em benefício da coletividade. De acordo com a melhor doutrina, quais são os atributos desse poder?

A Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

B Autoexecutoriedade, regulamentação e discricionariedade.

C Coercibilidade, hierarquia e vinculação.

D Disciplina, autoexecutoriedade e regulamentação.

E Coercibilidade, discricionariedade e disciplina.

25. Acerca do tema organização da administração pública, assinale a alternativa correta.

- A O controle da tutela administrativa é a manifestação do controle hierárquico.
- B É defeso a qualquer fundação a qualificação como agência executiva.
- C É possível a criação de autarquia vinculada ao Poder Legislativo.
- D Os dirigentes de uma agência reguladora ocupam cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.
- E As sociedades de mera participação, cujo capital pertencente ao Estado é minoritário, integram a administração pública indireta.

Direito Civil
Questões de 26 a 30

26. Com relação à capacidade das pessoas, assinale a alternativa correta.

- A São considerados absolutamente incapazes os maiores de 16 anos e os menores de 18 anos de idade.
- B Os absolutamente incapazes podem agir em conjunto com os respectivos pais ou tutores, ou seja, assistidos por eles.
- C Os pródigos são considerados absolutamente incapazes.
- D O maior de 16 anos de idade poderá ser emancipado pelo casamento.
- E Os menores de 16 anos de idade são relativamente incapazes.

27. Em relação aos bens, previstos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A São úteis as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que ele se deteriore.
- B Não são singulares os bens que, reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.
- C São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- D Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças.
- E São úteis as benfeitorias de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

28. A respeito da responsabilidade civil, segundo o Código Civil Brasileiro é correto afirmar que

- A havendo usurpação ou esbulho do alheio, a indenização será restrita a restituição da coisa e ao valor das suas deteriorações, não sendo devidos lucros cessantes por expressa determinação legal.

B ressaltados outros casos previstos em lei especial, as empresas não respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

C aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

D a responsabilidade civil é independente da criminal, podendo-se questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, mesmo quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

E são responsáveis pela reparação cível, o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, ainda que não haja culpa de sua parte (empregador ou comitente).

29. De conformidade com o Código Civil aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas está na situação de:

- A detentor.
- B proprietário.
- C nunciante.
- D invasor.
- E posseiro.

30. Assinale a alternativa correta acerca do direito de propriedade.

A A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, mas não as jazidas, minas e demais recursos minerais.

B O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de expropriação, quando houver perigo público iminente, bem como no de requisição, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social.

C Quem quer que ache coisa alheia perdida há de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor, mas, não o conhecendo, poderá tomá-la para si.

D Aquele que possuir, como sua, área urbana de até 450 metros quadrados, por 5 anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio.

E Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis, o qual será eficaz a partir da sua publicação.

Direito Processual Civil
Questões de 31 a 35

31. “Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito”. Esse é o princípio da

A inclusão obrigatória, decorrente da dignidade humana e do mínimo existencial, tratando-se de princípio constitucional e, simultaneamente, infraconstitucional do processo civil.

B vedação a tribunais de exceção ou do juiz natural, tratando-se apenas de princípio constitucional do processo civil.

C legalidade ou obrigatoriedade da jurisdição, tratando-se apenas de princípio infraconstitucional do processo civil.

D reparação integral do prejuízo, tratando-se de princípio constitucional e também infraconstitucional do processo civil.

E inafastabilidade ou obrigatoriedade da jurisdição e é, a um só tempo, princípio constitucional e infraconstitucional do processo civil.

32. No que se refere à Ação Civil Pública, considere as seguintes afirmações.

I. Tem por objeto as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados, dentre outros, ao patrimônio público e social.

II. O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

III. Não é cabível a dedução de pretensão que envolva tributos por meio de Ação Civil Pública.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas III.
- D Apenas I e II.
- E I, II e III.

33. De acordo com o Código de Processo Civil, aos auxiliares da justiça,

A inclusive ao oficial de justiça, aplicam-se, no que couber, os motivos de impedimento e de suspeição previstos para o juiz.

B com exceção do perito, aplicam-se, no que couber, os motivos de impedimento previstos para o juiz, mas não os de suspeição.

C com exceção do oficial de justiça, do perito e do chefe de secretaria, não se aplicam os motivos de impedimento ou suspeição previstos para o juiz.

D com exceção do mediador, aplicam-se, no que couber, os motivos de impedimento e de suspeição previstos para o juiz.

E com exceção do perito, não se aplicam os motivos de suspeição previstos para o juiz, mas outros estabelecidos especificamente segundo a função que exercem no processo.

34. Vencido o prazo, sem que a parte tenha cumprido o ato processual que deveria realizar,

A poderá ser prorrogado a pedido, se tratar de prazo peremptório.

B fica a salvo de extinção, se a parte provar que o não realizou por justa causa.

C extingue-se por meio de declaração judicial, o direito de praticar o ato.

D poderá ser praticado caso se trate de medida de urgência.

E as custas ficarão a cargo da parte que deu causa à preclusão.

35. São condições genéricas para o regular exercício da ação:

A partes capazes e demanda regularmente formulada;

B pedido e causa de pedir;

C legitimidade ad causam e interesse de agir;

D juízo competente e capacidade postulatória;

E capacidade para estar em juízo e representação processual.

Direito Penal

Questões de 36 a 40

36. Em relação à teoria da norma penal, no que concerne à aplicação da lei penal no tempo e no espaço, ao tempo do crime e ao princípio da legalidade, é correto afirmar que:

A considera-se cometido o crime tanto no momento da ação ou omissão, como no do implemento do resultado;

B a existência da norma penal em branco viola o princípio da legalidade;

C os institutos da lei excepcional e temporária, previstos no artigo 3º do Código Penal, não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988;

D o instituto da abolitio criminis aplica-se apenas aos fatos criminosos anteriormente consolidados que ainda não tenham sido alcançados por uma sentença penal condenatória transitada em julgado;

E nas situações de crime continuado e crime permanente, a aplicação de lei mais gravosa que tenha entrado em vigor na constância da continuidade ou da permanência não viola o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.

37. A respeito das espécies, do sujeito ativo e do sujeito passivo da infração penal, assinale a opção correta.

A Crime formal ou de consumação antecipada é aquele cujo tipo penal descreve uma conduta que

possibilita a produção de um resultado naturalístico, mas não exige, necessariamente, a realização deste.

B corre crime de mera conduta ou de perigo abstrato quando o agente é punido tão somente por agir em descompasso com as regras da boa moral e dos bons costumes sociais.

C Caracteriza-se como sujeito ativo somente o agente que realiza a conduta exposta no verbo nuclear do tipo penal.

D Caracteriza-se como sujeito passivo somente a pessoa que sofre prejuízo, material ou moral, em relação ao bem jurídico penalmente protegido.

E Ocorre crime material quando o agente obtém, para si ou para outrem, alguma vantagem de ordem patrimonial.

38. Assinale a opção correta relacionada à imputabilidade penal, considerando um caso em que o laudo de exame médico-legal psiquiátrico não foi capaz de estabelecer o nexo causal entre o distúrbio mental apresentado pelo periciado e o comportamento delituoso.

A O diagnóstico de doença mental é suficiente para tornar o agente inimputável.

B A doença mental seria atenuante quando considerada a dosimetria da pena, devendo o inculpatado cumprir de um sexto a um terço da pena.

C Trata-se de caso de aplicação de medidas de segurança.

D Deverá ser realizada nova perícia.

E O agente deve ser responsabilizado criminalmente.

39. Se o agente X emprega violência contra uma pessoa que andava pela rua, com o fim de subtrair para si o celular dela, responde pelo crime de:

A esbulho possessório.

B apropriação indébita.

C estelionato.

D dano.

E roubo.

40. Em matéria de concurso de pessoas, correto afirmar que

A inadmissível nos crimes monossujeitos.

B haverá único crime para os coautores e partícipes, segundo a teoria monista adotada pelo Código Penal, todos por ele respondendo em absoluta igualdade de condições.

C admissível a coautoria nos crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.

D inadmissível nos crimes próprios, embora possível nos delitos culposos.

E indispensável prévia combinação entre os agentes e adesão subjetiva à vontade do outro.

Direito Processual Penal

Questões de 41 a 45

41. Analise os itens sobre o inquérito policial e marque a alternativa CORRETA:

I. Nos crimes de ação pública o inquérito policial poderá ser iniciado mediante requisição do Ministério Público;

II. Ao Delegado de Polícia cabe realizar as diligências requisitadas pelo Ministério Público;

III. O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia;

IV. Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do Ministério Público para oferecimento da denúncia;

A Apenas os itens I, II e III estão corretos.

B Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

C Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

D Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

E Todos os itens estão corretos.

42. A respeito dos prazos para a conclusão do inquérito policial, considerando as normas processuais penais, é correto afirmar que, se o réu está preso, o prazo é de

A 10 dias; estando o réu solto, o prazo é de 20 dias, no âmbito da Justiça Federal.

B 15 dias; estando o réu solto, o prazo é de 15 dias, tratando-se de crimes contra a economia popular.

C 10 dias; estando o réu solto, o prazo é de 30 dias, conforme o Código de Processo Penal Militar.

D 15 dias; estando o réu solto, o prazo é de 45 dias, segundo a lei de drogas.

E 10 dias; estando o réu solto, o prazo é de 30 dias, em consonância com o Código de Processo Penal.

43. É correto afirmar em relação à provas no processo penal:

A O interrogatório do réu deve ser pessoal, não sendo admitida a sua realização por videoconferência.

B A confissão do réu é divisível e irretratável.

C A acareação é admitida apenas entre ofendido e acusado e entre acusado e testemunhas.

D Deixando a infração vestígios, é indispensável o exame de corpo de delito, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

E No caso de haver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos que constituam corpo de delito, a busca pessoal deve ser precedida de mandado.

44. De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar:

- A O direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente pelo ofendido.
- B A ação penal deverá ser proposta no prazo de até quinze dias após reduzida a representação a termo.
- C A representação deverá ser feita diretamente à autoridade policial.
- D Ação penal decorrente de representação criminal deverá ser instruída, obrigatoriamente, com a cópia do inquérito policial.
- E A representação conterà todas as informações que possam servir à apuração do fato e da autoria.

45. A liberdade provisória poderá ser concedida sem o pagamento da fiança àqueles que, por motivo de pobreza, não tiverem condições de prestá-la. Obriga-se o beneficiário

- A ao comparecimento a todos os atos a que for convocado e proibição de alteração da residência sem prévia comunicação, somente.
- B ao comparecimento a todos os atos a que for convocado, proibição de frequentar determinados lugares e proibição da ausência de mais de oito dias da residência sem comunicação à autoridade.
- C somente proibição de frequentar determinados lugares e comunicação prévia à autoridade da alteração de residência.
- D ao comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.
- E ao comparecimento a todos os atos a que for convocado, à proibição de alteração da residência sem prévia comunicação e a proibição da ausência de mais de oito dias da residência sem comunicação à autoridade.

Direito Penal Militar
Questões de 46 a 50

46. Sobre os crimes militares em tempo de paz, assinale a alternativa correta.

- A O militar só pode praticar crimes militares no interior de quartéis ou em serviço.
- B O civil só pode praticar crimes militares no interior de quartéis.
- C O militar não pode praticar crimes militares contra civis.
- D O civil pode praticar crimes militares em lugar sob administração militar.
- E O militar da reserva, ou reformado, ou civil não pode praticar crimes militares contra as instituições militares.

47. Com relação à aplicação da lei penal e processual penal militar, assinale a opção correta.

A No direito penal militar, o consentimento do ofendido está entre as causas expressas excludentes de ilicitude e apresenta como peculiaridade, nesse sistema penal, a possibilidade de ocorrer antes ou após a prática da infração penal.

B Nos casos de crimes militares, a pena de multa somente poderá ser imposta aos autores de delitos militares impróprios, por expressa disposição contida no CPM.

C Para a caracterização do crime contra a autoridade ou disciplina militar, é irrelevante o fato de o agente ter ou não conhecimento da condição de superior do outro militar atingido e consciência de que está infringindo as regras de disciplina e a hierarquia militar.

D O excesso culposo, nas discriminantes legais, tem idêntico disciplinamento no direito penal militar e no direito penal comum, sendo o excesso intensivo, em qualquer caso, excludente de culpabilidade do agente.

E No sistema penal castrense, o agente poderá ter atenuada a pena quando, iniciada a conduta conforme o direito, por exemplo, em estrito cumprimento do dever legal, ultrapassar os limites da atuação legal e cometer excesso doloso.

48. Em relação ao concurso de agentes e de crimes no direito penal militar, assinale a opção correta.

A No tocante ao concurso de agentes, o CPM adota a teoria pluralista, distinguindo de forma expressa as categorias de autor, coautor e partícipe.

B De acordo com a doutrina majoritária, o civil poderá ser coautor em crime militar próprio, pois, também de acordo com a mesma doutrina, a circunstância de caráter pessoal (ser militar e superior da vítima) pode comunicar-se ao coautor.

C No que tange ao concurso de crimes, o CPM adota idêntico sistema do CP, prevendo a punição do agente com a exasperação da pena no concurso homogêneo.

D Em relação ao crime continuado, há no CPM disposição diversa daquela prevista no CP, vedando-se de forma expressa o reconhecimento da continuidade delitiva nos crimes contra a pessoa, ainda que estes sejam perpetrados contra a mesma vítima.

E Tratando-se de concurso de agentes, as circunstâncias e as condições de natureza pessoal são elementos essenciais à infração penal, uma vez que definem o liame entre as pessoas e a qualidade e quantidade da pena a ser imposta a cada agente.

49. Assinale a alternativa que indica um crime propriamente militar, de acordo com a denominada Teoria Clássica.

A Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar (art. 263 do Código Penal Militar).

- B Ingresso clandestino (art. 302 do Código Penal Militar)
- C Favorecimento a desertor (art. 193 do Código Penal Militar).
- D Omissão de socorro (art. 201 do Código Penal Militar).
- E Ofensa às Forças Armadas (art. 219 do Código Penal Militar).

50. Segundo o Código Penal Militar brasileiro,

- A a reforma é uma espécie de pena acessória que sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, sem prejuízo da instrução militar.
- B a pena de impedimento sujeita o condenado à situação de inatividade e fora da unidade militar.
- C o crime cometido em país estrangeiro só atenua o crime quando praticado por civil.
- D a suspensão dos direitos políticos é efeito automático das condenações militares, ainda que o réu seja civil.
- E é vedada, em tempos de paz, a suspensão condicional da pena para o crime de desrespeito a superior.

Direito Processual Penal Militar
Questões de 51 a 55

51. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, e com relação ao Inquérito Policial Militar, assinale a alternativa correta.

- A O Inquérito Policial Militar deverá terminar dentro de vinte dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- B A autoridade militar só poderá mandar arquivar autos de inquérito, se conclusivo pela inexistência de crime ou de inimizabilidade do indiciado.
- C Nos crimes contra a honra, ainda que decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado, o Inquérito Policial Militar não poderá ser dispensado.
- D O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.
- E Quando concluído os autos do Inquérito Policial Militar deverão ser remetidos ao auditor da Circunscrição Judiciária Militar onde ocorreu a infração penal, contudo os instrumentos desta, assim como todos os objetos apreendidos deverão permanecer em poder do Encarregado que será responsável pela custódia até o término do processo.

52. Em relação à menagem, é correto afirmar que

- A somente poderá ser aplicada ao militar, ativo ou inativo, sendo vedada a sua aplicação aos civis.
- B a sua concessão deve observar como requisito subjetivo, que o crime seja apenado com pena privativa de liberdade de reclusão ou detenção.
- C a sua concessão deve observar como requisito objetivo, que o acusado não seja reincidente.
- D haverá detração na pena do período, salvo se concedida em residência ou cidade.
- E poderá ser concedida pela autoridade de polícia judiciária militar.

53. Acerca do processo penal militar, assinale a opção correta.

- A A norma processual penal castrense autoriza o encarregado a deter o investigado durante as investigações policiais militares, por um prazo máximo de trinta dias, tanto no caso de crimes militares próprios quanto nos de crimes impróprios.
- B No sistema processual penal militar, todas as ações penais são públicas incondicionadas.
- C A ação penal privada subsidiária poderá ser intentada, ainda que não prevista no sistema processual castrense, desde que preenchidas as condições de admissibilidade, entre elas a inércia do titular da persecução penal em juízo.
- D Os vícios ocorridos na fase de IPM, como peculiaridade da persecução penal castrense, tais como a escolha do encarregado, o respectivo grau hierárquico em relação ao investigado e a designação do escrivão do inquérito, repercutem na futura ação penal, por se tratar de medidas que visam tutelar a hierarquia e a disciplina.
- E A propositura de ações penais, no âmbito do processo penal militar, deve lastrear-se em IPM, cuja investigação deve encontrar-se encerrada, por força de imperativo legal.

54. Quanto ao foro militar em tempo de paz, assinale a alternativa correta.

- A Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a justiça militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum.
- B Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a justiça comum encaminhará os autos do inquérito policial à justiça militar.
- C Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Autoridade de Polícia Judiciária Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum.
- D Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra militar, a justiça militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum.

E Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra militar, a Autoridade de Polícia Judiciária Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum.

55. Acerca da lei de processo penal, da polícia judiciária, do inquérito policial e da ação penal no âmbito militar, assinale a opção correta.

A Os inquéritos policiais militares regularmente arquivados podem ser desarquivados, conforme as hipóteses expressamente previstas no CPPM, a pedido do MPM.

B A lei processual penal militar pode ser interpretada extensiva ou restritivamente, e, ainda, ser suprida pela legislação de processo penal comum, sem prejuízo da índole do processo penal militar, mesmo que resulte em situação mais gravosa ao acusado.

C Admite-se a delegação do exercício da atividade da polícia judiciária militar a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado, atendidos hierarquia e comando, entre outras normas; em se tratando de delegação para instauração de inquérito policial militar, deverá a referida delegação recair em oficial de posto superior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.

D É atribuição da polícia judiciária militar a investigação de crimes comuns ocorridos no interior das vilas militares.

E O CPPM prevê a possibilidade de afastamento do encarregado do IPM sob o fundamento de suspeição, de modo que se preservem a hierarquia e a disciplina.

Legislação Penal Especial

Questões de 56 a 60

56. Nos termos da Lei no 12.830/2013 (Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado), assinale a alternativa correta.

A Durante a investigação criminal, cabe ao Escrivão de Polícia a requisição de documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

B O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em direito com inscrição da OAB.

C As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo Delegado de Polícia são consideradas de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

D A remoção do Delegado de Polícia dar-se-á somente por ato fundamentado do Governador do Estado.

E A remoção do Delegado de Polícia dar-se-á somente por ato fundamentado do Secretário de Segurança Pública.

57. No que concerne aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, estabelecidos na Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que

A não se aplicam as normas da Parte Geral do Código Penal.

B são tipificadas apenas condutas comissivas.

C não há previsão de delito culposos.

D são de ação pública incondicionada.

E são sempre apenados com reclusão.

58. De acordo com a Lei Maria da Penha, assinale a alternativa INCORRETA:

A A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

B O juiz deferirá ou não as medidas protetivas de urgências pleiteadas pela ofendida após prévia oitiva do Ministério Público.

C Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

D Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

E Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.

59. Incorre em crime de abuso de autoridade o agente público que, no exercício de suas funções, por mera satisfação pessoal:

I - adentra imóvel alheio contra a vontade do ocupante;

II - adentra imóvel alheio para prestar socorro a pessoa ferida que se encontra no interior do imóvel;

III - coage alguém, mediante violência ou grave ameaça, a franquear-lhe o acesso a imóvel ou suas dependências.

Considerando as assertivas acima, estão corretas:

A I, apenas.

B I e II, apenas.

C I e III, apenas.

D II e III, apenas.

E I, II e III.

60. Conforme dispõe expressamente o § 6º do Art. 1º da Lei nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura, o crime de tortura, além de ser insuscetível de graça ou anistia é também

- A irreatável.
- B irrevogável.
- C inimputável.
- D tutelado.
- E inafiançável.

SimuladosBR

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Uma síntese das desigualdades no Brasil e a busca de possíveis soluções. O conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, etc., até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda. O Brasil tem a maior concentração de renda do mundo. Quase 30% da renda do Brasil está nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país, a maior concentração do tipo no mundo.

A experiência internacional mostra que é preciso fazer um investimento massivo e consistente na educação de uma criança logo em seus cinco, seis primeiros anos de vida. O que se consta atualmente é um desmonte do Estado Social, programas sociais sendo reduzidos ou extintos, em especial na área da educação e da ciência e tecnologia. Congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, privatizações e desmonte dos bancos públicos, terceirização irrestrita, reforma trabalhista e reforma da previdência. Cabe ao conjunto da sociedade criar meios para o desenvolvimento social e estabelecimento de um conjunto de regras que possam minimizar a desigualdade social.

Brasil: um país desigual. Disponível em: <<https://www.meuartigo.brasilecola.uol.com.br>>

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo a respeito do seguinte tema: **O desafio de reduzir as desigualdades entre as regiões do Brasil.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

SimuladosBR

Gabarito

Simulado 1 – Oficial PM

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	A	B	E	A	C	E	C	B	B	B	A	E	D	C	E	C	D	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	E	C	A	C	D	C	E	A	A	E	E	A	B	C	E	A	E	E	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	E	D	E	E	D	E	B	D	E	D	D	C	A	C	C	D	B	C	E

Modelo de Redação

O poema "Morte e Vida Severina", de João Cabral de Melo Neto, alude acerca da trajetória de Severino, que representa outros nordestinos, os quais, como ele, passam privações impostas ao sertão. Ao se fazer uma analogia com a obra, nota-se o desafio de reduzir as desigualdades entre as regiões do Brasil, onde os direitos inerentes aos cidadãos são diariamente negados. Isso se dá pela letargia estatal e pela banalização sensacionalista da mídia.

Para o filósofo Rousseau, o Estado é responsável por promover bem-estar social. Entretanto, a perspectiva defendida pelo intelectual não se concretiza no Brasil, haja vista a ineficiência das políticas públicas que visam a garantir o princípio da isonomia entre as regiões. Uma prova disso é o corte de programas, como o "Bolsa Família", e extinção do "Fome Zero", os quais foram desenvolvidos com o objetivo de diminuir as hostilidades entre os lugares menos e mais favorecidos do país, com benefícios concedidos em sua grande maioria no Norte e Nordeste. Desse modo, nota-se um projeto de estado, desde as "caravelas", em que segrega, prioriza ou exclui determinada área, levando em consideração a sua importância econômica, a exemplo do auge da "cana de açúcar em Pernambuco, "ciclo da borracha" na Amazônia.

Além da ineficiência das políticas públicas, a banalização das desigualdades entre as regiões está relacionada diretamente ao preconceito, uma vez que a mídia "representa" personagens de forma caricata e generalizada. Isso fica evidente com o estereótipo de personagens de determinados espaços geográficos do Brasil, a exemplo do Nordeste como um "grande sertão", e como as redes de televisão mostra culturas regionais como algo exótico, evidenciando, assim, o preconceito e acentuando as desigualdades. Nesse sentido, o sociólogo Guy Debord, no livro "A Sociedade do Espetáculo", aborda a influência midiática no corpo social, a qual se mostra na tentativa de "imitação" coletiva do modelo proposto e tem como reflexo a interferência nas relações humanas. Embora o exemplar não trate com âmago sobre a equidade territorial, nota-se o sensacionalismo estereotipado.

Dessa forma, nota-se o descaso do governo e a banalização das disparidades como impulsionadores da desigualdade nas regiões do Brasil. Assim, é imperativo que o Ministério da Economia destine verbas para a Amazônia e para o Sertão nordestino, de modo a desenvolver a atividade econômica auto sustentável, por meio do turismo ecológico, e da inclusão de seu objetivo na base de Diretrizes Orçamentárias, com o intuito de promover a equidade entre as regiões. Além disso, é preciso a mudança de posicionamento das Mídias frente ao entrave, para isso, elas devem promover o debate na sociedade, por meio de propagandas em jornais, tv, rádio sobre preconceitos linguísticos e regionais. Desse modo, será possível reduzir as disparidades locais no Brasil.